



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA

LIDO

EM: ____ / ____ / ____

1º SECRETÁRIO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROCESSO Nº 1625/2022

SOLICITA AO EXECUTIVO MUNICIPAL
INFORMAÇÕES ACERCA DO SÍTIO
ELETRÔNICO DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS SOBRE RECURSOS
RECEBIDOS E GASTOS COM A
TRAGÉDIA DE 15 DE FEVEREIRO DE
2022 NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS,
DENOMINADO "PETRÓPOLIS
TRANSPARÊNCIA".

A Comissão Especial de Transparência, infra-assinada, satisfeitas as formalidades regimentais, com base no Inciso XIV do Art. 78 da LOM, solicita ao Executivo Municipal informações acerca do sítio eletrônico de prestação de contas sobre recursos recebidos e gastos com a tragédia de 15 de fevereiro de 2022 no município de Petrópolis, denominado "*Petrópolis Transparência*":

1. Quem é o servidor responsável pela administração do sítio eletrônico de prestação de contas ?
2. Quem é o servidor responsável pela atualização do sítio eletrônico de prestação de contas ?
3. Qual é a periodicidade de atualização das informações constantes no *site* ?
4. Qual é o motivo da ausência de qualquer atualização no site desde o dia 04 de março de 2022 às 10h ?
5. Requer, especificamente, as datas e horários das atualizações realizadas no site de transparência até a presente data, constando ainda a assinatura digital de quem realizou cada uma delas.
6. Qual é o motivo de, até este momento, não haver qualquer atualização no tocante aos gastos já realizados ?

JUSTIFICATIVA

A atividade do Vereador contempla não só a função legislativa, mas também o exercício da fiscalização e do controle externo sobre a legalidade e sobre a adequação dos atos praticados pelo Poder Executivo, tal como previsto pelo Art. 31, §1º da CRFB/88, Art. 67 e 78, XIV da LOM.

Situações de excepcionalidade institucional devem ser tratadas como tais, uma vez que **relativizam os instrumentos de controle, transparência, segurança jurídica e previsibilidade**

Data do documento: 22/03/2022 - 16:33:42

Data do Processo: 22/03/2022 - 17:18:00

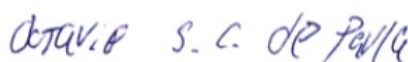
Processo: 1625/202

quanto à atuação do Poder Público. É especialmente preocupante a possibilidade de dispensa de licitação, tal como previsto na Lei nº 14.133/2021, Art. 75, VIII, demandando especial atenção e correta fiscalização daqueles competentes pelo Poder Fiscalizatório.

Desse modo, o Poder Legislativo, ciente de seu ônus constitucional fiscalizatório, vem requerer os documentos supramencionados, a fim de demonstrar à população petropolitana o fiel cumprimento de seu papel fiscalizatório.

As informações deverão ser prestadas no prazo máximo de vinte dias, por força do Art. 78, XIV da LOM c/c Art. 11, §1º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.517/2011).

Sala das Sessões, 22 de Março de 2022



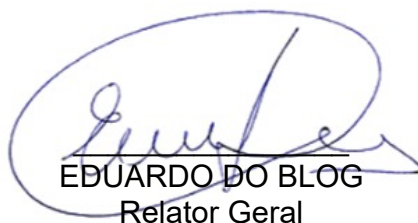
OCTAVIO SAMPAIO
Presidente

RONALDO RAMOS
Vogal



DR. MAURO PERALTA
Vogal

JUNIOR PAIXÃO
Vogal



EDUARDO DO BLOG
Relator Geral